

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA

CNPJ nº 24.232.886/0134-98

Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial				Demonstração do Resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.018	2.017	Receitas Operacionais	Nota	2.018	2.017
Circulante				Receitas de subvenções - custeio	19	124.961.075	115.050.671
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.638.296	6.178.499	Receitas de subvenções-investimento	9b	456.152	838.895
Contas de receber	6	11.695.727	13.595.988	Receitas financeiras		304.429	346.970
Estoques	7	3.160.590	3.372.174	Outras receitas		44.632	35.343
Despesas Antecipadas		191.565	313.798	Total das Receitas		125.766.288	116.271.879
Outros ativos circulante		793.266	599.404	Despesas Operacionais			
		26.479.444	24.059.863	Despesa com pessoal	20	(59.843.871)	(53.216.597)
Não Circulante				Serviços de terceiros	21	(26.728.821)	(26.973.995)
Realizável a longo prazo				Custo Corporativo Compartilhado	22	(6.131.473)	(5.129.494)
Partes relacionadas	14	1.955.644	920.715	Drogas, medicamentos e materiais	23	(21.807.250)	(21.408.757)
Depósitos judiciais		789.328	132.995			(114.511.415)	(106.728.843)
Empréstimos de medicamentos	8	906.166	906.166	Água, energia elétrica e telefone		(4.383.190)	(3.861.867)
		3.651.138	1.959.876	Depreciação e amortização	9b	(772.596)	(729.089)
Imobilizado	9	5.924.854	5.805.386	Aluguéis		(630.328)	(428.596)
Intangível	9	269.424	21.075	Correio e comunicação eletrônica		(13.211)	(15.070)
Subvenções a realizar	9	(3.690.328)	(4.143.531)	Manutenção		(1.260.316)	(1.534.432)
		2.503.950	1.682.930	Viagens e ajuda de custo		(373.954)	(313.281)
		6.155.088	3.642.806	Taxas e contribuições		(49.709)	(54.894)
Total do Ativo		32.634.532	27.702.669	Despesas financeiras		(199.958)	(290.367)
Passivo e patrimônio líquido				Softwares e Suporte e Informática		(571.802)	(773.131)
Circulante				Provisão para contingências			
Fornecedores	10	4.562.124	2.871.166	trabalhistas	18	(226.497)	-
Honorários médicos	11	1.725.149	1.882.174	Provisão para crédito			
Obrigações sociais e trabalhistas	12	9.279.565	9.202.861	de liquidação duvidosa	6	(2.503.803)	-
Obrigações fiscais	13	1.033.866	1.066.224	Outras		(269.506)	(305.124)
Partes relacionadas	14	5.528.391	5.526.631			(11.254.873)	(8.305.851)
Estoques de terceiros	15	799.436	676.546	Total das Despesas		(125.766.288)	(115.034.694)
Receitas diferidas	16	1.094.964	500.200	Superávit do Exercício		-	1.237.185
Outros passivos circulantes		85.337	35.722				
		24.108.832	21.761.524	Demonstração do Resultado Abrangente			
Não Circulante				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Provisão para descontinuidade	17	7.793.133	5.435.075			2.018	2.017
Provisão para contingências	18	226.497	-	Superávit do Exercício		-	1.237.185
		8.019.630	5.435.075	Outros resultados abrangentes		-	-
Patrimônio Líquido				Resultado Abrangente do Exercício		-	1.237.185
Patrimônio social (negativo)		506.070	(731.115)				
Superávit do exercício		-	1.237.185	Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
		506.070	506.070	Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Total do Passivo		32.634.532	27.702.669	Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.018	2.017
				Superávit do exercício		-	1.237.185
				Ajustado por:			
				Depreciação e amortização		772.596	729.089
				Realização de subvenções de investimento		(456.152)	(838.895)
				Superávit do exercício ajustado		316.444	1.127.379
				Variáveis nos ativos e passivos			
				Contas de receber de clientes		1.900.261	(1.055.774)
				Estoques		211.584	(757.306)
				Despesas Antecipadas		122.233	130.749
				Outros ativos circulante		(193.862)	(205.952)
				Depósitos judiciais		(656.333)	(98.662)
				Empréstimos de medicamentos		-	-
				Fornecedores		1.690.958	(441.440)
				Honorários médicos		(157.025)	106.902
				Obrigações sociais e trabalhistas		76.704	(244.678)
				Obrigações fiscais		(32.358)	(252.076)
				Receitas diferidas		594.764	318.000
				Estoques de terceiros		122.890	-
				Outros passivos circulantes		49.615	(27.209)
				Provisão para descontinuidade		2.358.058	1.251.663
				Provisão para contingências		226.497	-
				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		6.630.430	(148.404)
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Aquisições de ativo imobilizado		(1.140.413)	(1.388.071)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.140.413)	(1.388.071)
				Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
				Empréstimos(pagos) tomados-partes relacionadas		(1.033.169)	1.870.557
				Subvenções governamentais para investimento		2.949	366.395
				Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(1.030.220)	2.236.952
				Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		4.459.797	700.477
				Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		6.178.499	6.398.737
				No fim do exercício		10.638.296	6.178.499
				Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		4.459.797	(220.238)
				Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas.			
				2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de abril de 2019.			
				2.1. Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.			
				2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade.			
				2.3. Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas			

continua >

explicativas: • Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; • Nota 9 - Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível; • Nota 17 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 18 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos na Associação:** Em agosto de 2.018, a Pró-Saúde tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento nas novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também em 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.018	2.017
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	10.635.296	6.175.499
	10.638.296	6.178.499

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

6. Contas a Receber

Descrição	2.018	2.017
Secretaria Executiva de Saúde Pública (a)	18.381.529	17.777.988
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas (b)	(4.182.000)	(4.182.000)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (c)	(2.503.803)	-
	11.695.727	13.595.988

(a) Secretaria executiva de Saúde Pública: As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 5.248.537,60. **(b) Provisão pela não realização das receitas diferidas:** Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão para custeio das atividades operacionais hospitalares, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais da unidade hospitalar. A contrapartida da provisão está apresentada no passivo circulante na rubrica de receitas diferidas (nota explicativa nº 16). **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, no montante de R\$ 2.503.803, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará.

7. Estoques

Descrição	2.018	2.017
Dietas e fios cirúrgicos	97.250	102.712
Gases Medicinais	16.827	21.273
Materiais de Banco de Sangue	12.289	7.546
Materiais hospitalares de consumo	1.367.637	1.642.191
Materiais hospitalares de reposição	102.986	96.112
Medicamentos	948.547	958.692
Materiais de higiene e Limpeza	283.232	204.466
Materiais de Manutenção	163.044	130.968
Uniformes e enxovais	83	17.333
Demais materiais	168.695	190.881
	3.160.590	3.372.174

8. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, através de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

9. Imobilizado, Intangível e Subvenções A Realizar.

a) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	2.017 Líquido
Benfeitorias	1.683.965	(243.437)	1.440.528	1.289.762
Instrumentos Médicos Hospitalares	370.815	(91.739)	279.076	298.271
Equipamentos de informática	613.605	(423.346)	190.259	211.139
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitares	4.905.019	(1.734.769)	3.170.250	3.118.778
Móveis e utensílios hospitalares	734.957	(328.720)	406.237	456.498
Móveis e utensílios de escritório	139.572	(28.788)	110.784	89.499
Móveis e utensílios	463.578	(140.423)	323.155	326.915
Adiantamentos a fornecedores	4.565	-	4.565	14.524
Total imobilizado	8.916.076	(2.991.222)	5.924.854	5.805.386
Total do ativo imobilizado	398.974	(129.550)	269.424	21.075
Direito de uso de software				
Total intangível	398.974	(120.550)	269.424	21.075
Total do ativo imobilizado	(3.690.328)	-	(3.690.328)	(4.143.531)
(-) Subvenções a realizar				
Total subvenções a realizar	(3.690.328)	-	(3.690.328)	(4.143.531)

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/17	Adições	Baixas e realizações	Transferências	Saldo em 31/12/18
Benfeitorias	1.473.411	210.554	-	-	1.683.965
Instr. Méd. Hospitalares	356.721	14.045	-	49	370.815
Equipamentos de informática	591.253	83.218	-	(60.866)	613.605
Máquinas e equipamentos Médicos	4.392.521	453.549	(3.290)	62.239	4.905.019
Móveis e Utensílios	426.001	39.490	-	(1.913)	463.578
Móveis e utensílios hosp.	722.572	12.379	-	6	734.957
Móveis e utensílios de escrit.	106.484	32.993	(390)	485	139.572
Adiantamento a fornecedores	14.524	71.307	(81.266)	-	4.565
(-) Depreciação **	(2.278.100)	(713.122)	-	-	(2.991.222)
Total imobilizado	5.831.027	204.413	(84.946)	-	5.294.854
Direito de uso de software	91.151	307.823	-	-	398.974
(-) Amortização **	(70.076)	(59.474)	-	-	(129.550)
Total intangível	21.075	248.349	-	-	(269.424)
(-) Subvenções a realizar *	(4.143.531)	(323.667)	776.870	-	(3.690.328)
Total Subvenções a realizar	(4.143.531)	(323.667)	776.870	-	(3.690.328)
Total Geral	-	129.095	691.924	-	-

continua

*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação do bem em 2.018 no montante de R\$ 456.152. ** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2018 montou a R\$ 772.596 (Em 2017 - R\$ 729.089). c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:		
Descrição	2.018	2.017
Equipamentos de informática	20,0%	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%	10,0%
Móveis e Utensílios	10,0%	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%	10,0%
Direito de uso de software	20,0%	20,0%
10. Fornecedores	2.018	2.017
Descrição		
Materiais e Medicamentos	3.152.876	2.096.647
Imobilizado	209.627	22.641
Serviços tomados Pessoa Jurídica	1.199.621	751.878
	4.562.124	2.871.166
11. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:		
Descrição	2.018	2.017
Honorários médicos pessoa jurídica	1.725.149	1.882.174
	1.725.149	1.882.174
12. Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.018	2.017
Descrição		
Salários e ordenados	2.989.900	3.053.631
Rescisões a pagar	11.701	-
Provisão para dissídio coletivo (a)	-	261.391
FGTS	480.125	483.577
INSS	292.460	260.216
Provisão de férias e encargos	5.460.901	5.077.016
Outras	44.478	67.030
	9.279.565	9.202.861
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017, correspondia ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017, liquidados no exercício de 2018.		
13. Obrigações Fiscais	2.018	2.017
Descrição		
Imposto de renda retido na fonte	925.592	985.728
Imposto sobre serviços retidos na fonte	16.073	19.096
Pis, Cofins e CSSL retidos na fonte	92.201	61.400
	1.033.866	1.066.224
14. Partes Relacionadas	2.018	2.017
Descrição		
Ativo não circulante		(Reclassificado*)
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Galileu	313.045	489
Hospital Oncológico	3.150	56
Hospital Marabá	233.088	170
Hospital Santarém	259.797	-
Hospital Altamira	223.999	-
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	2.522	-
Hospital Marabá	920.000	920.000
Hospital Barcarena	43	-
	1.955.644	920.000
Passivo circulante		
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)		
Hospital Galileu	(4.580.000)	(4.582.179)
Hospital Oncológico	(948.391)	(944.452)
	(5.528.391)	(5.526.631)
* Os valores relativos ao exercício de 2017 foram reclassificados para apresentação em contas de ativo e passivo. Nas demonstrações financeiras do exercício anterior foram apresentados de forma líquida pelo montante de R\$ 4.605.916. (a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - Empréstimos financeiros: Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. 15. Estoques de Terceiros: A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitan de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão. 16. Receitas Diferidas: Corresponde ao 1º, 3º, 6º e 10º termo aditivo ao contrato 046/2012, pactuado junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade, bem como, referente ao valor excedente das subvenções governamentais com custeio.		
Descrição	2.018	2.017
Subvenção para custeio	5.149.387	4.554.624
Subvenção para investimento	127.577	127.577
(-) Provisão para não realização das receitas diferidas (a)	(4.182.000)	(4.182.000)
	1.094.964	500.200
A movimentação no exercício foi a seguinte:		
Descrição	2.018	2.017
Saldo inicial	500.200	182.200
(+) Subvenção para custeio	594.764	4.500.000
(-) Provisão pela não realização das receitas diferidas	-	(4.182.000)
	1.094.964	500.200
(a) Provisão pela não realização das receitas diferidas: Corresponde aos valores celebrados através de contratos de gestão com o Governo do Estado do Pará, para custeio das atividades operacionais da unidade hospitalar, referente aos exercícios anteriores que dificilmente serão realizados, pois não há expectativa de recebimento financeiro, ou aplicação desses montantes nas atividades operacionais. A contrapartida da provisão está apresentada no ativo circulante na rubrica de contas a receber (nota explicativa nº 6). 17. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:		
Descrição	2.018	2.017
Saldo inicial	5.435.075	4.183.412
Adições (Nota 19 - despesa com pessoal) (Baixas por rescisão de contrato)	2.908.458	1.583.415
	(550.400)	(331.572)
Saldo final	7.793.133	5.435.075
18. Provisão Para Contingências: Em 31 de dezembro de 2.018, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Associação possui processos com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 226.947. 19. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.018 montaram R\$ 124.961.075 (2.017 - R\$ 115.050.671).		
20. Despesas com Pessoal	2.018	2.017
Descrição		
Salários e ordenados	(35.836.922)	(32.305.351)
Insalubridade	(2.038.186)	(1.916.346)
Horas extras e adicionais	(3.922.394)	(4.497.455)
Vale transporte	(836.996)	(791.296)
Décimo terceiro salário	(4.067.673)	(3.550.275)
Férias	(5.396.259)	(4.577.006)
FGTS	(4.237.964)	(3.822.847)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(2.908.458)	(1.583.415)
Contribuição Patronal ao INSS	(14.340.287)	(13.209.796)
(-) Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	14.340.287	13.209.796
PIS	(504.278)	(348.334)
(-) Isenção do PIS	504.278	253.672
Outras	(529.019)	(77.944)
	(59.843.871)	(53.216.997)
21. Serviços de Terceiros	2.018	2.017
Descrição		
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(25.195.770)	(23.872.386)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(1.533.051)	(3.101.609)
	(26.728.821)	(26.973.995)
22. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.		
23. Drogas, Materiais e Medicamentos	2.018	2.017
Descrição		
Medicamentos	(4.995.929)	(4.628.305)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(970.036)	(1.086.797)
Ortese e prótese	(2.335.101)	(2.627.981)
Materiais de uso do paciente	(6.792.336)	(6.459.277)
Gases medicinais	(577.174)	(775.651)
Gêneros alimentícios	(2.487.168)	(2.413.406)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.403.884)	(1.317.265)
Combustíveis e lubrificantes	(141.312)	(113.010)
Materiais de conservação e reparos	(673.471)	(742.918)
Impressos e materiais de expediente	(427.986)	(395.978)
Peças e acessórios de reposição	(180.453)	(311.722)
Materiais de laboratório	(702.004)	-
Outros	(120.396)	(536.447)
	(21.807.250)	(21.408.757)
24. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:		
Descrição	2.018	2.017
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	10.638.296	6.178.499
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	11.695.727	13.595.988
Partes relacionadas	1.955.644	920.715
Total	24.289.667	20.695.202
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	4.562.123	2.871.166
Honorários médicos	1.725.149	1.882.174
Partes relacionadas	5.528.391	5.526.631
Total	11.815.664	10.279.971
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 25. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho de 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 19 de junho de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 805 de 05 de junho de 2018 que indefere em grau de reconsideração a Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) referente ao triênio de 2004 a 2006, no processo SIPAR 25000.163451/2011-49, decorrente de Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102. Em 23 de julho de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 1.103 de 19 de		

Julho de 2018, que suspende sob juízo os efeitos da portaria nº 805/2018, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.163451/2011-49), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.018 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 20 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **26. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência / Ananindeua-PA, é uma

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente • **Miguel Paulo Duarte Neto** - Diretor Corporativo Administrativo Financeiro
Itamar Cabral Monteiro - Diretor Geral do Hospital
Cezar Lima de Araújo - Contador do Hospital - CRC: TC-CRC/PA-010598-06 •

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA - Opinião sem ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor**

entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, e isenta notadamente em relação à cota patronal do INSS e do PIS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social)** A partir de maio de 2017 a Entidade passou a não recolher o PIS sobre Folha de Pagamento, baseada na Solução de Consulta COSIT nº 173/2017 de 13/03/2017, considerando que no item 15, b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) vinculou seu entendimento conforme previsto na Nota PGFN/CASTF/Nº 637/2014 de 29/05/2014, onde reafirma a Imunidade ao PIS sobre Folha de Pagamento às entidades beneficentes de assistência social (que atendam aos requisitos da lei), de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal Federal. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.018	2.017
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3.772.989	3.623.156
Contribuição patronal ao INSS	14.340.287	13.209.796
PIS sobre folha de pagamento	504.278	253.672
	18.617.554	17.086.624

27. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

David Martins Ferreira - Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2 "S" - PA

pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ananindeua, 18 de abril de 2019.
LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8
Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo: 428565

SILVIO ZIGOWSKI

Torna público que obteve da SEMMA a Licença de Atividade Rural-LAR nº 001/2019 do imóvel Fazenda Lua Nova, município de Placas-PA, emitida em 29/03/2019.

Protocolo: 428548

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO DO CARAJÁS AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Sistema Registro der Preços Nº 29032019/01- TIPO: Menor Preço por item - OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de recargas de botijão com gás liquefeito de petróleo (GLP) e botijões completos (vasilhame incluindo 13 kg de gás GLP) para atender às necessidades relacionadas aos serviços de preparo de refeições em órgãos integrantes da Secretaria Municipal de Saúde - DATA RECEBIMENTO PROPOSTAS: 15 de maio de 2019. HORA: 09:00 hs - O edital está disponível aos interessados pelo site www.eldoradocarajas.pa.gov.br - 25 de abril de 2019.

Daniel de Jesus Macedo - Pregoeiro.

Protocolo: 428552

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA AVISOS DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro da Câmara Municipal de Santana do Araguaia -PA, avisa aos interessados que realizará licitações no seguinte endereço: Praça Santa Fe, snº - centro - Santana do Araguaia -PA, na modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

No dia 13 de maio de 2019, às 09:00 horas. Objeto: Licença de uso (Instalação, Treinamento e Manutenção) dos sistemas informatizados (software) de folha, Portal da Transparência, Contabilidade, Patrimônio, Almoxarifado e Licitação para Câmara Municipal de Santana do Araguaia - PA, exercício 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

No dia 13 de maio de 2019, às 12:00 horas. Objeto: Fornecimento de refeições (Marmitex e rodizio), para Câmara Municipal de Santana do Araguaia - PA, exercício 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2019

No dia 13 de maio de 2019, às 14:00 horas. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e diversos para serem utilizados pela Câmara Municipal de Santana do Araguaia - PA, exercício 2019. Cópias dos Editais serão obtidas através do e-mail cmsaraguaia-pa@hotmail.com ou ainda na sala da Comissão de Licitação, no endereço acima. Santana do Araguaia-PA, 29 de abril de 2019.

Advaldo Rodrigues da Silva - Pregoeiro

Protocolo: 428560